

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

1. **Expediente.**-----
2. **Ata.**-----
3. **Designação de representantes das freguesias do Município para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.**-----
4. **PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL** -----
 - a) **Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezanove;**-----
 - b) **Mapa de Pessoal;**-----
 - c) **Apoio às freguesias do Município de Santiago do Cacém;**-----
 - d) **Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos do Portugal Romano;**-----
 - e) **Declaração de Interesse Público Municipal da Obra “Adução a Relvas Verdes e Aldeia dos Chãos” – Construção de uma Adutora, uma nova estação elevatória, a adução gravítica e uma conduta elevatória;**-----
 - f) **Acordo a celebrar entre o Município de Santiago do Cacém e o Município de Szombathely, para a geminação entre a Cidade de Santiago do Cacém e a Cidade de Szombathely;**-----
5. **ATIVIDADE AUTÁRQUICA.**-----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Matos Cascão da Silva, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Manuel Botelho Mourão, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Jorge Manuel Mata Magrinho, Rui Manuel Maria Beles Vieira, Francisco de Oliveira Pereira, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Emília Batista de Almeida, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro das Neves, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Francisco Alfeirão Rodrigues, Rui Estevam de Matos, Ricardo Jorge da Cruz, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha, e dos senhores Vereadores Maria Margarida Costa Rosa Cardoso dos Santos, Albano Joaquim Mestre Pereira e Óscar Domingues Ramos.-----

Não compareceram os membros: António Albino e Francisco Miguel C. Branco Lobo de Vasconcellos.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, deu conhecimento de que o Senhor Francisco Miguel C. Branco Lobo de Vasconcellos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, se fazia substituir na reunião pelo **Senhor António Gamito de Matos** *que se segue imediatamente na ordem da respetiva lista*, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

INFORMAÇÃO SOBRE ACCÇÕES DA COMISSÃO DE SAÚDE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento de que a Comissão de Saúde reuniu e dirigiu pedidos de audiência ao Ministério da Saúde, Administração Regional de Saúde do Alentejo (ARSA) e Grupos Parlamentares, tendo já obtido respostas dos GPs do PCP e do PSD, que marcaram audiências para o próximo mês de janeiro. -----

Mais informou que a Comissão de Saúde continua a trabalhar na defesa da causa da Saúde no Município, cuja situação é muito preocupante. -----

Pelo Senhor José Matos Cascão da Silva, eleito do PS, foi apresentada a seguinte “PROPOSTA -----

Já todos ouvimos discussões, nesta sala, sobre custos e em particular prazos de execução referentes a obras geridas pela Câmara Municipal. Discussões idênticas ocorrem nas reuniões públicas da Câmara e nas diferentes Assembleias de Freguesia. -----

Normalmente estas discussões são estéreis já que uma das partes não tem informação e a outra não é transparente nem leal. -----

Com o intuito de melhorar a qualidade dessas discussões ou evitá-las associado à convicção que estar próximo das pessoas é confiar nelas e fornecer-lhe informação relevante vimos propor que obrigatoriamente para empreitadas superiores a 250.000€ a CM instale pelo menos numa das frentes de obra um placard com a informação seguinte: -----

- NOME DA EMPREITADA -----

- CUSTO TOTAL-----

- ENTIDADES FINANCIADORAS (CMSC, ALENTEJO 2020,...)-----

- PRAZO DE EXECUÇÃO -----

Havendo prazos independentes por fase devem ser listados os prazos correspondentes a cada uma dessas fases.-----

Havendo alterações de custo ou prazo devem os novos custos e prazos ser afixados no mesmo placard mantendo-se no entanto as informações anteriores.” -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão.-----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria, com 15 votos contra, dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de

Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Duas abstenções, do Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, e do Senhor Ricardo Jorge da Cruz, eleito do PS.-----

Doze votos a favor, sendo sete dos eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Senhora Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, Senhor Francisco Alfeirão Rodrigues e Senhor António Gamito de Matos, e um do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira. -----

REQUERIMENTO -----

O Senhor José Cascão da Silva requereu cópia do Contrato final de adjudicação das obras de beneficiação do Bairro do Pinhal, da Cidade de Vila Nova de Santo André. ---- Acrescentou que o documento pode ser remetido para o seu *e-mail*.-----

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO -----

Pelo Senhor José Cascão da Silva, eleito do PS, foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimento: -----

“INCÊNDIO NO ATERRO SANITÁRIO – PEDIDO DE ESCLARECIMENTO --

Com dois aterros no seu território Santiago do Cacém é um Município assaz singular: O Aterro de Resíduos Sólidos Urbanos na Freguesia de Ermidas e o Aterro de Resíduos Industriais Perigosos na Freguesia de Santo André, perto da extrema com o Município de Sines. -----

O Aterro de Resíduos Industriais Perigosos ocorreu por alturas do todo poderoso GAS mas o Aterro de Ermidas foi aceite não sei se com contrapartidas.-----

Neste aspecto de aterros seguramente no Litoral Alentejano, incluindo Aljustrel e Ferreira, e talvez em todo o território nacional somos de facto uma terra única, uma terra CDU.-----

O PCP de resto em relação ao Aterro de Santo André teve sempre um comportamento no mínimo estranho. Era então o Engº Sócrates Ministro do Ambiente quando se pôs em marcha um programa de co-incineração na cimenteira da Secil das lamas oleosas armazenadas nas bacias de retenção em Santo André. A nível central o PCP era contra essa co-incineração, o que se entendia, mas o que tive dificuldade em entender foi que os autarcas CDU de Sines e Santiago se viessem a opor a que lhe retirassem do seu território milhares de toneladas de lamas oleosas. -----

Manuel Coelho, Presidente da CM de Sines, precipitadamente meteu-se no que não devia já que o Aterro ficava no Concelho contíguo e Ramiro Beja, um pouco a reboque, também acabou por se expressar. Estranhamente ambos não queriam que tirassem lamas oleosas do aterro género as lamas são nossas e não queremos perdê-las.-----

Este processo acabou interrompido e penso que não foi pelas pressões do PCP e entretanto as empresas passaram a ser obrigadas a espessar as lamas e entrega-las num aterro privado para resíduos industriais perigosos.-----

Com estas duas acções combinadas não fiquei particularmente preocupado já que perdidos os reduzidos VOCs e evaporada a água ficávamos com uma massa sólida e seca, à temperatura ambiente, contendo essencialmente hidrocarbonetos de cadeias

longas e muitos metais pesados perigosos quaisquer dos dois com muita dificuldade de ignição. -----

Espantou-se por isso que a Antena Miróbriga e a Rádio Sines noticiassem um incêndio, numa das bacias, ocorrido na noite de 27 de setembro do corrente ano. No site da Câmara não encontrei nenhuma referência a este incidente.-----

Felizmente a notícia da Miróbriga, um pouco mais detalhada ouviu o Comandante dos Bombeiros de Santo André que se expressou desta forma: “Derivado ao lixo que existia nesta bacia em incompatibilidade com alguns materiais, como a lã de vidro e óleo, colchões velhos, vidro e um resto do que não ardeu na Recipneu, que estão aqui depositados e que acabaram por inflamar”, explicou o comandante.-----

A exposição do Senhor Comandante por um lado esclareceu as minhas dúvidas mas por outro levantou um conjunto de preocupações sérias. -----

Neste contexto Senhora Presidente da AM de SC agradecia que o executivo CDU através do seu Presidente esclarecesse as questões que vou levantar e me facultasse os eventuais documentos conexos com essas perguntas. -----

- A entidade gestora do aterro tinha informado previamente a Câmara da utilização de bacias de retenção para armazenar os materiais listados pelo Senhor Comandante? Sabe a CM se outros materiais estão a ser armazenados na mesma ou noutras bacias?-----

- Teve a CM conhecimento de alguma análise de riscos prévia à decisão de armazenar estes produtos? -----

- O sistema de *overflow* de pluviais foi danificado no combate ao incêndio? Em caso afirmativo quando fica operacional? Houve algum derrame de águas contaminadas no solo exterior às bacias com resultado do ataque ao incêndio?-----

- A integridade das paredes de argila nessa ou noutras bacias ficou danificada devido ao incêndio ou ao combate?-----

- Foi a CM informada pela entidade gestora do aterro da realização de qualquer investigação ao incidente e foi produzido algum relatório identificado a causa de raiz e as eventuais medidas correctivas? Em caso afirmativo está na posse da CM o respectivo relatório? -----

Como disse anteriormente não vejo em condições normais um perigo eminente neste aterro mas temo que a utilização que está a ser dada a algumas bacias aumente exponencialmente esse risco. Por isso haverá que seguir cuidadosamente a forma como este aterro está a ser utilizado.-----

Parece pois mais que justificado dar visibilidade aos milhares de toneladas de resíduos perigosos através de acções concretas. Se não foi feito desafio a CM a fazer, com carácter de urgência, uma reunião com a entidade gestora para averiguar do incidente e talvez esclarecer algumas questões levantadas. Além disso e numa base regular, de dois em dois anos, por exemplo, realizar uma reunião com a entidade gestora para averiguar das condições operacionais, incidentes e acidentes ou modo de funcionamento e visitar o aterro com a mesma periodicidade. -----

Qualquer destas acções deve ser confirmada com acta ou relatório. -----

Senhora Presidente da AM se achar justificado organize uma visita ao aterro com os eleitos da AM e uma pequena reunião. -----

Penso que estará a servir o ambiente do município.” -----

A partir deste momento, eram vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, verificou-se a presença do Senhor Norberto Valente Barradas, eleito da CDU. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas, o qual começou por referir que não havia informação sobre as questões colocadas pelo Senhor Cascão da Silva.-----

Relativamente ao incêndio no Aterro deu conhecimento de que a informação que tinha, obtida através da Protecção Civil, era de que não se tratava de materiais perigosos, o que também lhe foi confirmado por um Vogal da Direcção da empresa Águas de Santo André, que gere aquele Aterro, pelo qual foi contactado na sequência do incêndio e da notícia da Rádio Antena Miróbriga onde foram ditas palavras que não proferiu sobre este assunto, acrescentando que transmitiu àquele responsável da empresa Águas de Santo André que era preciso analisar a situação, dado que estarão a ser depositados naquele local outro tipo de materiais.-----

Mais referiu que o que foi dito não significava que a situação não fosse aferida, nomeadamente pela Direcção Geral do Ambiente que é a entidade directamente responsável, sendo que, a Inspecção Geral do Ambiente já terá ido ao local.-----

O Senhor Cascão da Silva referiu também que estão depositadas milhares de toneladas de hidrocarbonetos naquele Aterro, material que, em condições normais, dificilmente ardia, acrescentando que as paredes das bacias de retenção do mesmo são de argila e vão-se danificando. Mais referiu que, tendo em conta que estão em causas questões do Ambiente, valia a pena olhar para este assunto e dar-lhe alguma visibilidade, e para que a empresa Águas de Santo André também tenha mais algum cuidado na sua utilização, considerando que cabia igualmente à Câmara Municipal, como responsável pela administração geral do território, chamar a atenção para este assunto.-----

CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM – CONTENTORES ENTERRADOS – FUNCIONAMENTO -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que gostaria de saber o que se passava com os contentores que foram colocados em vários locais na Cidade para acondicionamento de resíduos sólidos urbanos, havia alguns meses, e ainda não tinham sido disponibilizados à população.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que as obras no âmbito das quais foram colocados os contentores tinham sido recepcionadas havia quase um ano, mas foi detectado um problema técnico com os contentores que impedem a recolha dos resíduos pelas viaturas da empresa Ambital, obrigando a modificações para ficarem em conformidade com o sistema de recolha. Mais informou que os empreiteiros das obras em causa entraram em litígio, pelo que, a Câmara Municipal teve que accionar a Garantia Bancária para abrir concurso no sentido de ser corrigida a situação.-----

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM – ACESSIBILIDADES RODOVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS – PEDIDO DE INFORMAÇÃO -----

O Senhor João Alberto Guerreiro, eleito da CDU, solicitou informação sobre o ponto de situação relativo às vias rodoviárias e ferroviárias que atravessam o Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o projecto da ferrovia era estruturante para o desenvolvimento do Porto de Sines, com ligação a Caia e que era preocupante o atraso no processo. -----

Recordou que no ano de dois mil e oito, durante o Governo PS, de José Sócrates, a Refer apresentou um projecto de alteração ao traçado da ferrovia, no qual estava previsto a passagem da linha entre a Cidade de Santiago do Cacém e a Cidade de Vila Nova de Santo André prosseguindo na direcção de Grândola, a norte, o que motivou a criação de um Movimento civil contra este traçado, o qual era também contestado pelas

câmaras municipais de Grândola e de Santiago do Cacém, às quais se associou a Câmara Municipal de Beja. Acrescentou que na altura foi promovida uma reunião com os senhores deputados na Assembleia da República, a fim de exporem as razões subjacentes à não-aceitação daquele traçado, tendo o Governo recuado na sua intenção e assumido o compromisso de voltar a estudar o assunto. Mais informou que a Câmara Municipal de Santiago do Cacém defende o aproveitamento do traçado actual, com algumas correcções, conforme projecto apresentado pelo Professor Costa Lobo, o qual na altura desenvolvia o processo de revisão do PDM do Município.-----

Mais informou que numa reunião com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, havia cerca de um ano, foi apresentada uma solução alternativa que passava pela recuperação do traçado existente, com algumas correcções, cujas obras eram para começar no início de dois mil e dezanove, tendo o ante-projecto sido apresentado à Câmara Municipal numa reunião com os técnicos da Refer, sendo que, o projecto ainda não existe. Contudo, informou que, ultimamente, surgiram alguns rumores da intenção de vir a ser recuperada a primeira hipótese de traçado que foi amplamente contestada, considerando que a mesma era uma má solução do ponto de vista urbanístico e estratégico, colocando também em causa uma futura ligação a Beja, sendo que, o argumento apresentado era que a linha do Sul está muito congestionada, quando a linha de ligação prevista naquele traçado é a mesma.-----

No que respeita às acessibilidades rodoviárias, informou que não houve evolução nas obras da A-26 que continuam abandonadas, tendo apenas sido tirados os pins da via entre Santo André e Sines, depois de muita luta.-----

Concluiu, referindo que era também muito preocupante o mau estado das vias nacionais que atravessam o Município, algumas das quais não tinham manutenção, havia cerca de quatro anos, nomeadamente as vias que passam na Freguesia de Santo André, danificadas pelas raízes dos pinheiros, e na Freguesia de Alvalade.-----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, questionando se a informação dada pelo Senhor Presidente no referente à ferrovia era oficial, dado que noutros fóruns constava somente que havia atraso no projecto previsto para o actual traçado. -----

IC33 – OBRAS NO MURO DE SUSTENTAÇÃO DE TÚNEL -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos solicitou informação sobre a duração e o custo das obras do muro de sustentação junto ao túnel no IC33, pelo qual passa a EM 548 que foi interdita ao trânsito devido à cedência do mesmo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que aquele muro de sustentação tinha cedido, em parte, e que a Câmara Municipal decidiu encerrar a EM 548, por uma questão de precaução. Acrescentou que a situação já foi tratada com a empresa Infraestruturas de Portugal, a qual informou que as obras teriam início duas semanas após o ocorrido e que ficariam concluídas no prazo de um mês.-----

CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA ACOLHIMENTO A VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – CONFIDENCIALIDADE DA SUA LOCALIZAÇÃO -----

A Senhora Dulce Rito, eleita do PS, referiu que gostaria de fazer um alerta e uma recomendação ao Executivo Municipal sobre este assunto, referindo que havia mais de vinte anos que colaborava com a Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV), tendo ficado surpreendida com o facto de ver publicada, no Boletim Municipal, a deliberação de Câmara sobre a atribuição de uma casa de acolhimento com a indicação

da sua localização e outros dados inerentes à mesma, acrescentando que a AMCV se tem debatido com as Autarquias e com a Segurança Social sobre a necessidade da localização de estas casas ser de absoluta confidencialidade, considerando que não era difícil perceber que os agressores não podem ter notícia de onde as mesmas se localizam, sendo que, as próprias vítimas não podem contactar a família, dado que ninguém pode saber onde estão, para sua segurança. Pelo que, sendo necessária a deliberação sobre o assunto, ela devia ser feita de forma a garantir a sua confidencialidade e nunca devia ser publicada.-----

Recomendou a leitura do Decreto-Regulamentar nº 2/2018, de 24 de janeiro e a Portaria 197/2018, de 6 de julho que o regulamenta, onde está previsto que entidades promotoras e trabalhadores que intervenham nestes processos são obrigados a guardar confidencialidade sobre os mesmos. Recomendou também a leitura do Guia de Requisitos Mínimos de Intervenção em Situação de Violência Doméstica e de Género. Mais informou que, no dia 1 de janeiro de 2019, irá entrar em vigor a transferência de competências para os municípios sobre esta matéria, através dos decretos de lei 101/2018 e 105/2018, de 29 de novembro, e que no próximo dia dez do mês em curso, a AMCV estará presente no Centro de Artes, em Sines, a convite da CIMAL, para uma iniciativa sobre o Plano de Intervenção e Igualdade, onde estes assuntos serão debatidos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a publicitação das deliberações era uma prática normal que decorria da lei, sendo que, neste caso, houve uma falha, porque aquela deliberação devia ter outro tipo de tratamento, considerando que se tratava de uma situação que nunca devia ter ocorrido e que não poderá voltar a acontecer.-----

RECOMENDAÇÃO SOBRE O ORÇAMENTO PARTICIPADO-----

O Senhor Rui Vieira, eleito do BE, referiu que gostaria de fazer uma recomendação à Câmara e à Assembleia Municipal, dispensando a sua votação, para que diligenciassem no sentido da Autarquia avançar com o Orçamento Participativo no Município, considerando que este era um elemento democrático e que seria um passo que devia ser dado para a colaboração da população sobre os projectos para as suas freguesias, devendo, para o efeito, serem, inicialmente, disponibilizadas verbas simbólicas, as quais poderão vir a aumentar, conforme o sucesso da iniciativa. -----

Acrescentou que gostaria de saber qual era a posição da Câmara Municipal e de cada Força Política com assento na Assembleia Municipal sobre esta matéria. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a posição do Executivo Permanente sobre esta questão era muito clara, independentemente do mérito que possam ter as opções de outras autarquias sobre esta matéria, acrescentando que a sua opinião era de que os modelos que conhecia levavam a que os projectos que ganhavam eram aqueles onde viviam mais pessoas, porque era maior o número de votantes, considerando que esta situação roçava a demagogia. Mais referiu que a Câmara Municipal tinha optado por fazer todos os anos a Presidência nas Freguesias, na qual participavam membros do Executivo, das juntas de freguesia e técnicos municipais que percorriam as freguesias indo junto das populações para as ouvir sobre os problemas que as afectavam, promoviam reuniões com as diferentes associações e com a população em geral, apurando desta forma as necessidades reais de todo o Município, considerando que esta era acção que consideravam mais positiva. -----

Concluiu, informando que a CDU não tinha assumido qualquer compromisso eleitoral sobre este assunto. -----

CUIDADOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO -----

A Senhora 1ª Secretária da AM, Teresa Alves, informou que a Comissão de Utentes tinha reunido, no dia cinco de novembro, com a Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano (ULSLA), onde lhe foi transmitido que o Hospital do Litoral Alentejano precisava de mais duzentos e sessenta profissionais, nomeadamente médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico, assistentes administrativos e pessoal auxiliar, e que há extensões de saúde que não estão a funcionar por falta de pessoal administrativo. Mais informou que são cerca de oito mil e quinhentos os utentes sem médico de família nos Cuidados de Primários de Saúde, e que a conclusão das obras de ampliação das urgências está prevista somente para o primeiro trimestre do próximo ano. Acrescentou que a situação dos Cuidados de Saúde no Município tem vindo a piorar, de uma forma geral. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que se congratulava com as diligências que estavam a ser feitas pela Comissão de Saúde da Assembleia Municipal. -----

Questionou em seguida sobre eventuais diligências feitas pela Câmara Municipal junto do Governo sobre a questão dos Cuidados de Saúde no Município, dado que não são boas as notícias sobre a saúde no País e no Município. -----

A Senhora Isabel Contente, eleita da CDU, questionou sobre o ponto de situação relativo à construção do novo Centro de Saúde na Cidade de Santiago do Cacém. -----

O Senhor David Gorgulho, eleito da CDU, questionou sobre o ponto de situação relativo ao processo de requalificação daquela Extensão de Saúde. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o agravamento da situação dos Cuidados de Saúde primários e hospitalares era uma realidade, acrescentando que, nos últimos tempos, têm aumentado as preocupações relativamente às condições de funcionamento do Hospital do Litoral Alentejano (HLA). -----

Informou que tinha reunido, havia cerca de um mês e meio, com o Conselho de Administração da ULSLA, para fazerem o ponto de situação das condições de prestação de Cuidados de Saúde, onde lhe foi transmitido um conjunto de dificuldades de funcionamento no HLA, as quais resultam, em parte, dos atrasos das autorizações que dependem do Ministério das Finanças, nomeadamente no referente ao processo de recrutamento de enfermeiros, o que faz com que aqueles que têm contractos a prazo tenham que sair antes de serem substituídos. -----

Mais informou que persiste o problema de falta de médicos de diferentes especialidades, porque os concursos têm ficado desertos e alguns têm saído. -----

Mais recordou que o ex-Ministro da Saúde tinha informado numa reunião, no âmbito da CIMAL, havia cerca de dois anos, que ia ser tomado um conjunto de medidas, para resolver algumas situações, as quais ainda não foram implementadas. Acrescentou que o mesmo se comprometeu também a visitar o Litoral Alentejano, para ver os problemas de perto, o que não aconteceu. -----

Informou ainda que a ex-Secretária de Estado da Saúde conhecia bem a situação, dado que tinha presidido à Administração Regional de Saúde do Alentejo, tendo efectuado diligências no sentido de minimizar alguns problemas urgentes que lhe colocou, mas ficaram por resolver as questões de fundo. -----

Relativamente à construção do novo Centro de Saúde e às obras de requalificação na Extensão de Saúde de Santo André, informou que estavam previstas no Programa Operacional do Alentejo para 2018/2019. -----

Acrescentou que, aquando da inauguração da Extensão de Saúde de Alvalade, no mês de junho do ano em curso, fez o ponto de situação destes assuntos com a Senhora

Secretária de Estado, o Presidente da ARS Alentejo e outros responsáveis do Ministério da Saúde que estavam presentes, ficando a saber que o processo do Centro de Saúde não tinha tido desenvolvimentos, e que a Candidatura das obras da Extensão de Saúde de Santo André estava aprovada e eram para concretizar, tendo a Senhora Secretária de Estado da Saúde dado orientações claras aos responsáveis do Ministério para os processos avançarem.-----

Mais informou que tinha voltado a colocar estes problemas a responsáveis do Ministério da Saúde, havia cerca de dois meses, os quais o informaram que o processo do novo Centro de Saúde continuava parado, devido a várias dificuldades. Acrescentou que, na ocasião, referiu que a Câmara Municipal já tinha disponibilizado o terreno para o novo Centro de Saúde, e questionou sobre o que a Autarquia podia ainda fazer para a sua concretização, tendo sido pedido o levantamento topográfico do terreno, o qual já lhes foi remetido. -----

Relativamente às obras da Extensão de Saúde de Santo André, referiu que lhe foi dado conhecimento de que havia problemas com o enquadramento do projecto no POSUR, para obtenção do financiamento, dado que aquele Programa era dirigido sobretudo a investimentos no âmbito da água, saneamento e colocação de painéis solares. -----

Concluiu, referindo que o problema da falta de Cuidados de Saúde no Município era cada vez mais preocupante, levando a um crescente descontentamento das populações. Acrescentou que contava com a acção da Assembleia Municipal e de todas as Forças Políticas nela representadas para, em conjunto com a Câmara Municipal, defenderem mais e melhores condições de saúde no Município. -----

Interveio o Senhor Rui Vieira, eleito do BE, solicitando esclarecimentos sobre a questão dos painéis solares nas obras da Extensão de Saúde de Santo André.-----

O Senhor Presidente esclareceu que as obras de fundo que tinham sido previstas, consistiam na remoção da cobertura, em amianto, e na reabilitação geral do edifício, não incluindo as acções de eficiência energética e de saneamento que o Programa referido contemplava.-----

-----ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente.-----

---A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de setembro a novembro de dois mil e dezoito, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número vinte e oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Ata-----

---A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **Ata nº 05**, da Sessão Ordinária de treze de setembro de dois mil e dezoito. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

A Senhora Presidente colocou a **Ata** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. Não votaram os senhores Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, José Manuel Guerreiro das Neves, Ricardo Jorge da Cruz e David Oliveira Gorgulho, por não terem estado presentes na reunião. -----

3. Designação de representantes das freguesias do Município para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.-----

A Senhora Presidente propôs o adiamento deste assunto, para a próxima Sessão da Assembleia Municipal, por não dispor ainda do número de elementos necessários.-----
Aprovada a proposta, por unanimidade.-----

“4. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL -----

--- a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e dezanove; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, a qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento para Dois Mil e Dezanove, documentos previsionais definidos no ponto 2.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º. 54-A/99, de 22 de fevereiro.*-----

FUNDAMENTOS: - Conforme o disposto na alínea c) do n.º. 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro.” -

*documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número vinte e nove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

No âmbito da apresentação das GOPs e Orçamento para 2019, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu nomeadamente que se verificava um aumento de pouco mais de três milhões de euros, relativamente ao ano anterior, o qual tinha a ver, fundamentalmente, com investimentos no âmbito da estratégia e cumprimento dos compromissos assumidos pela Câmara Municipal, para o mandato em curso, tendo, para o efeito, sido apresentadas candidaturas aos Fundos Comunitários, sendo que, algumas obras já estavam em curso e outras terão início em dois mil e dezanove, acrescentando que se tratava de obras estruturais. -----

Mais referiu que a Câmara Municipal prosseguia com uma política de rigor financeiro e com a redução da dívida.-----

Referiu também que estão previstos investimentos em todas as freguesias, destacando as seguintes obras: a envolvente ao Mercado Municipal de Santiago do Cacém e no próprio edifício; no Parque Industrial da Cidade de Vila Nova de Santo André e na requalificação de vias naquela Cidade; nos vários arruamentos da zona oriental de Ermidas Sado; na estrada dos Faleiros para o Lousal com a comparticipação da Câmara Municipal de Grândola; de requalificação dos centros históricos de Alvalade e de Cercal do Alentejo; no loteamento apoiado de Abela, de requalificação da EM 548, no Mercado Municipal de Cercal do Alentejo, nas instalações municipais e na ZIL de Santiago do Cacém, bem como a pavimentação de caminhos rurais em conjunto com as juntas de freguesia. Acrescentou que estão também previstas obras na rede de águas e de saneamento, em Alvalade, Ermidas e Abela, sendo que, parte do investimento neste sector será feita no âmbito das Águas do Alentejo, estando também previstas intervenções nas estações elevatórias de Santiago do Cacém, S. Bartolomeu da Serra e Pouca Farinha. Nas escolas rurais serão feitos vários investimentos, estando previsto a climatização das salas do Pré- escolar e do 1º Ciclo na Escola Frei André da Veiga, a qual devia ter sido prevista no âmbito das obras que foram executadas, pelo que, a Câmara municipal irá procurar obter uma comparticipação do Ministério da Educação. Serão também colocados quadros interactivos nas escolas básicas, e prosseguirão as intervenções na EB 2 e na EB 4 de Santo André, salientando também o forte investimento nos transportes escolares, refeições, acção social escolar e no apoio à família no Pré-Escolar. -----

Referiu também as acções previstas nos Campos de jogos de Alvalade, Aldeia dos Chãos e Vale de Água, ficando para o ano seguinte os campos de jogos de Deixa-o-resto e das Relvas Verdes.-----

Destacou ainda os investimentos na Modernização Administrativa, nomeadamente na criação do Balcão Único, cuja obra está concluída, bem como o investimento de mais de quinhentos mil euros em meios informáticos. A aquisição de uma pavimentadora, o reforço de camiões, de um autocarro, de carrinhas e outras viaturas ligeiras, conforme consta nos documentos.-----

Concluiu, referindo que o esforço de investimento previsto permitirá à Câmara Municipal trabalhar cada vez mais em prol da causa pública e do Município.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, colocou a proposta a discussão.-----

Interveio o Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, começando por referir que havia dois problemas na Escola Frei André da Veiga, onde deu aulas, os quais não tinham sido acautelados pelos técnicos que elaboraram o projeto, sendo que, um dos quais era de difícil resolução, aquele que tinha a ver com a construção do Refeitório no 1º andar do edifício, de onde emanava muito ruído, o que perturbava as aulas que tinham lugar nas salas daquele piso. O outro problema era a falta de uma saída de emergência no Auditório, não cumprindo com as normas legais.-----

Mais referiu que apesar de a Câmara Municipal não ser a dona da obra podia fiscalizar e alertar para as situações, acrescentando que gostaria de saber a opinião do Executivo Municipal sobre estes problemas.-----

Interveio o Senhor José Neves, eleito da CDU, informando que, quando desempenhou funções na Protecção Civil na Autarquia, testemunhou a resposta que foi dada pelos responsáveis da elaboração do projecto das obras daquela Escola, quando esta o quis conhecer, de que a Câmara Municipal não tinha nada a ver com aquelas obras.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, questionou sobre a obra prevista para o Parque Industrial de Santiago do Cacém, acrescentando que o mesmo carecia de investimentos.-----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, começando por referir que o reforço da verba previsto nos documentos relativamente ao ano de dois mil e dezoito, tinha a ver com a aplicação de Fundos Comunitários, graças ao facto do País fazer parte da Comunidade Económica Europeia.-----

Solicitou, em seguida, esclarecimentos técnicos sobre a diferença das verbas da Receita e da Despesa, constante na página catorze do documento, nomeadamente sobre o valor das receitas correntes e as despesas de capital.-----

Questionou também sobre os critérios relativos às transferências de verbas para as freguesias, tanto de correntes como de capital, bem como sobre a verba significativa constante na rubrica Outros.-----

No referente às verbas para Educação, constantes na página doze do documento, considerou que as despesas com os refeitórios e os transportes escolares eram significativas, mas também havia receita para os transportes escolares proveniente do Fundo Financeiro, da venda de vinhetas e da comparticipação nas refeições, em cinquenta por cento, por parte do Ministério da Educação, para além das verbas pagas pelos alunos.-----

O Senhor Manuel Mourão apresentou, em seguida, o seguinte -----
“REQUERIMENTO-----

Pelo presente os deputados do Partido Socialista vêm requerer a previsão de despesa e de receita, por ano económico, por unidade educativa, contendo indicadores referentes a:-----

.Transportes Escolares e número de alunos envolvidos. -----
. Refeitórios Escolares e número de alunos envolvidos da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo.” -----

O Senhor Manuel Mourão questionou ainda sobre a verba para locação de edifícios, nomeadamente a indicação dos mesmos, se a renda do Colégio de S. José estava incluída e qual o valor mensal da mesma. -----

Referiu também que o valor previsto para horas extraordinárias era bastante significativo, o que revelava algum défice de planeamento do trabalho. -----

Questionou também sobre a verba prevista para Formação e o tipo de formação que estava a ser pensado, tendo em conta a insignificância do montante, de quarenta e três mil e duzentos euros, embora um pouco superior relativamente aos anos anteriores. -----

Concluiu, referindo que os Vereadores eleitos do PS apresentaram outras propostas, para o Orçamento, a nível do Executivo Municipal, as quais não foram consideradas. ---

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões colocadas pelo Senhor Rui Vieira, relativas às obras da Escola Frei André da Veiga, informando que para a sua concretização tinha sido assinado um Protocolo entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal, no qual ficou estabelecido que a Autarquia comparticiparia com dez por cento do valor das obras, para além da cedência do terreno, ficando também responsável pela execução do arruamento, na perspectiva da EB1 de Santiago do Cacém passar a funcionar naquela Escola. -----

Mais informou que numa deslocação ao local da obra assistiu à discussão entre o arquitecto e o fiscal da mesma, no qual este chamava a atenção para situações que não estavam correctas. Acrescentou que ele próprio tinha, naquela ocasião, referido a falta de sombreamento, assim como a não previsão da instalação de ar condicionado numa parte do edifício, sendo que, esta e outras questões, tais como as do refeitório e do auditório não fora tidas em conta pelo dono da obra, embora algumas já tenham sido corrigidas, implicando gastos suplementares, como foi o caso do sombreamento, para o qual foi pedido à Câmara Municipal uma comparticipação de cinquenta por cento, quando esta já tinha participado com dez por cento na obra. -----

O Senhor Rui Vieira referiu que em muitas situações a Câmara Municipal não é ouvida e depois é chamada para corrigir erros que podiam ser evitados. -----

Sobre a questão colocada pelo Senhor Pedro do Ó Ramos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se tratava da cobertura das instalações municipais na ZIL de Santiago do Cacém. -----

Respondendo às questões colocadas pelo Senhor Manuel Mourão, o Senhor Presidente da Câmara começou por referir que a Câmara Municipal tenta aproveitar ao máximo as verbas disponíveis dos Fundos Comunitários, para as quais os portugueses também contribuem através dos seus impostos, acrescentando que a União Europeia disponibiliza verbas que recebe dos contribuintes dos países que dela fazem parte. -----

Sobre as verbas transferidas do Orçamento de Estado para a Autarquia, nomeadamente para refeições, transportes escolares e outras despesas, referiu que não percebia por que razão o Senhor Manuel Mourão ficava incomodado com esta Receita para o Município, quando devia ficar contente, porque quanto mais se receber mais se poderá fazer para elevar a qualidade de vida da população. -----

Relativamente à locação de edifícios, referiu que se tratava de alguns prédios onde funcionam serviços municipais, incluindo o antigo Colégio de S. José, com fracções cedidas a várias associações culturais e outros organismos, bem como as instalações da Repartição de Finanças, cujo contrato com o arrendatário tinha sido feito, havia muito tempo, em nome do Município, sendo que, o montante da renda é depois transferido pelas Finanças para o Município. -----

Sobre as verbas a atribuir às freguesias, referiu que se tratava de uma opção política a transferência anual de verbas livres que as mesmas gerem e outras que se destinam a acções conjuntas com a Câmara Municipal, acrescentando que os critérios para a atribuição das verbas tinham a ver, nomeadamente com a dimensão do território e o número de habitantes. -----

O Senhor Presidente passou a palavra ao Diretor do Departamento de Administração e Finanças, Dr. José Pereira, para esclarecer as questões técnicas relativas à construção do Orçamento, o qual começou por referir que nas autarquias nunca existiu a situação das receitas correntes não poderem fazer face às despesas de capital, sendo que, o equilíbrio que existia, anteriormente, na lei, era que as receitas correntes tinham que ser, pelo menos, iguais às despesas correntes, o que significava que também podiam ser superiores, pelo que, sendo as receitas correntes superiores às despesas correntes, as despesas de capital tinham que ser superiores às receitas de capital para haver equilíbrio. Acrescentou que o duplo equilíbrio que existia, e continuava a existir, em termos da construção dos orçamentos, era de que as receitas têm que ser iguais às despesas, mas as receitas correntes e de capital sempre foram na lógica que referiu. -----

Mais esclareceu que, actualmente, a lei era mais exigente, a qual determina que as receitas correntes têm que cobrir as despesas correntes e ainda as amortizações médias, pelo que, é normal que as receitas correntes sejam, obrigatoriamente, superiores às despesas correntes, a não ser que alguns municípios não tenham empréstimos e, conseqüentemente, não tenham amortizações médias. Contudo, no limite teriam que ser iguais. Acrescentou que existe outro factor que veio contribuir para que os municípios tenham receitas correntes superiores às despesas correntes e, ao contrário da questão colocada de não haver possibilidade das receitas correntes financiarem despesas de capital, era exactamente o contrário, porque a Lei do Orçamento de Estado previa que noventa por cento das transferências do OE relativas às participações nos impostos do Estado podiam ser receitas correntes, o que contribuía para que os municípios, normalmente, tivessem mais receitas correntes do que receitas de capital, o que, do ponto de vista técnico, não era um problema. -----

Referiu ainda que era preciso que ficasse claro que não havia nenhuma falha, do ponto de vista técnico, na construção do Orçamento, o qual cumpria a Lei em vigor. -----

Relativamente aos transportes escolares, esclareceu que, actualmente, os mesmos não são financiados directamente por nenhum organismo da Administração Central, tendo sido, de acordo com a lei, incorporados no que se designa por participação dos municípios nos impostos do Estado, através do Fundo Social Municipal, cuja receita é consignada, para financiamento de despesas na área da Educação, esclarecendo também que, quando foi criado o FSM, não houve aumento das transferências para os municípios, tendo sido somente alterada a forma de distribuição das transferências. -----

Mais informou que os municípios têm que, trimestralmente, prestar contas à Administração Central das despesas que são financiadas através do Fundo Social Municipal, porque se não o fizerem a verba pode ser deduzida no orçamento do ano seguinte. -----

Informou também que existem outras comparticipações na área da Educação, protocoladas entre o Município e o Ministério da Educação, relativas a refeições e ao pessoal auxiliar colocado nas escolas de acordo com os rácios previstos na lei, sendo que, o Município tem que colocar o dobro do pessoal auxiliar que a lei define, para dar resposta às necessidades existentes.-----

Em relação à rubrica Outros, esclareceu que a dotação da mesma tinha a ver com a construção do Orçamento, de acordo com as normas de classificação, as quais determinam que o que não é enquadrável nas diferentes rubricas deverá ser incluído na rubrica Outros, acrescentando que as verbas se destinam, nomeadamente à Aquisição de Serviços, incluindo, entres outros, o encargo significativo da prestação para a empresa Águas Públicas do Alentejo.-----

Informou ainda no referente às verbas para as freguesias que, antes da Lei das Finanças Locais preverem a comparticipação das mesmas nos impostos do Estado, a lei dizia que os municípios tinham a obrigação de transferir, no mínimo, dez por cento do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para as freguesias, sendo que, o Município de Santiago do Cacém transferia cerca de vinte por cento, sendo que, quando a lei foi alterada, prevendo a atribuição directa de verbas para as freguesias, o valor inscrito no Orçamento de Estado, para o efeito, era similar aos dez por cento, previstos anteriormente, o que ia criar problemas de funcionamento às freguesias, caso só pudessem contar com as verbas do OE, pelo que, o Município continuou a assumir a transferência de verbas livres.-----

Interveio novamente o Senhor Manuel Mourão, referindo que defende e tem lutado para que venham para o Município de Santiago do Cacém as verbas e os meios que forem possíveis.-----

Mais referiu que os esclarecimentos que solicitou tinham como objectivo a clarificação de questões técnicas do orçamento, dado que, a nível de outras instituições não se podem fazer transferências de receitas correntes para cobrir despesas de capitais, sem autorização superior.-----

Interveio a Senhora Dulce Rito, lamentando que um documento com cento e oitenta e oito páginas não tenha sido remetido aos membros da Assembleia com uma antecedência da reunião superior a oito dias, acrescentando que o documento podia ser reduzido e que devia ser feita uma reunião preparatória para uma melhor compreensão e análise do mesmo.-----

Referiu também que não compreendia as referências a Hong Kong e a Macau que eram feitas no documento.-----

O Senhor Presidente esclareceu que aquelas referências eram feitas nos anexos das GOPs e Orçamento da Comunidade Intermunicipal do Litoral Alentejo (CIMAL) que eram parte integrante do documento em apreço.-----

O Senhor José Cascão da Silva, eleitos do PS, referiu ter ficado surpreendido pelo facto do valor *per capita* do Orçamento do Município de Sines ser o dobro do valor *per capita* do Orçamento do Município de Santiago do Cacém, quando este tem um território muito maior e o dobro da população daquele, não encontrado justificação para o efeito.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que aquela situação se prendia com uma questão de fundo que tinha a ver com a forma como são financiados os municípios, a qual tem sido contestada pela Força Política que gere o Município.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas

Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Duas abstenções, do Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, e do Senhor Ricardo Jorge da Cruz, eleito do PS.-----

Dez votos contra, sendo seis dos eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Senhora Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, Senhor Francisco Alfeirão Rodrigues e Senhor António Gamito de Matos.-----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pelo Senhor José Cascão da Silva, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte “Declaração de Voto: --
Considerando que: -----

1. Foram apresentados pelos vereadores do Partido Socialista propostas de melhoria que não foram aceites. -----

2. As Opções do Plano não trazem nada de novo em relação ao apresentado no ano anterior. -----

3. O Orçamento para 2019, contém opções de despesa com as quais não estamos de acordo. -----

4. Contém, ainda, o Orçamento para 2019, despesas e receitas, designadas por “Outras”, com valores que ultrapassam os 10% nas receitas correntes e o mesmo acontece com as despesas correntes e de capital. -----

Subscrevemos a declaração de voto dos nossos vereadores apresentada em reunião de Câmara.-----

Assim, e tendo em conta estes pressupostos e considerações passo a apresentar a nossa declaração de voto:-----

Aquando da discussão e aprovação em reunião de Câmara Municipal, os vereadores do Partido Socialista apresentaram propostas e contributos, os quais foram, como é infelizmente habitual, totalmente ignorados pela maioria PCP/CDU. Esses contributos e propostas pretendiam olhar Santiago do Cacém com os olhos postos no futuro, numa perspetiva de médio e longo prazo.-----

As nossas propostas, para além da preocupação com a qualidade de vida, segurança e responsabilidade com o presente e o futuro, eram, fundamentalmente propostas que conciliavam o presente e potenciariam o desenvolvimento e futuro de todos nós.-----

Apesar do aumento das transferências e das receitas, os recursos financeiros devem ser geridos de forma criteriosa. É imprescindível pensar no futuro e sabermos aproveitar de forma correta os fundos que se encontram ao nosso dispor. -----

Sermos capazes de construir um concelho projetado para o futuro passa por resolvermos o grave problema do trânsito automóvel em Santiago do Cacém e colocarmos no topo das prioridades a concretização da tão adiada semicircular; passa por colocarmos a prioridade de uma melhor educação das nossas crianças à frente da agenda política partidária porque com apenas 7,5% do investimento não podemos perder esta oportunidade única de realizar as essenciais obras na Escola Secundária Padre António Macedo; passa por resolvermos definitivamente a questão do novo cemitério cuja materialização se arrasta mandato atrás de mandato; passa por recuperarmos a Avenida

Manuel da Fonseca com baixos custos e sem destruir o que de bom já está executado; passa por uma maior consciência sobre eficiência energética, por incentivar o uso de veículos elétricos e por serem instalados pontos de carregamento; passa pela preservação da nossa identidade, tanto numa estratégia para os centros históricos como pelo reforço daquilo que constitui a nossa memória coletiva – há que saber aproveitar a oportunidade turística de termos tido o primeiro automóvel que veio para Portugal; passa, em suma, por sermos audazes, por estarmos disponíveis para trabalharmos com e pela população, e por sabermos aceitar contributos de outras forças políticas porque é na diversidade de pensamento que se enriquecem as soluções e se fortalece a democracia. - Constitui um dever pensarmos nas gerações do presente, mas temos também a superior missão de sermos capazes de concretizar um legado a pensar nas gerações vindouras. Temos a obrigação de projetar o concelho tendo em vista os nossos bisnetos porque serão eles o futuro de Santiago do Cacém! -----

Pelo exposto e tendo em conta a manifesta divergência que nos separa sobre o presente e o futuro para o nosso Concelho, votamos contra as Opções do Plano e Orçamento.”--

Pelo Senhor Francisco Pereira, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte Declaração do Voto: “ Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal destacam no Orçamento agora aprovado a continuidade do trabalho da Coligação Democrática Unitária no Conselho de Santiago do Cacém. -----

Áreas como a educação, cultura, ação social educativa, higiene urbana, emprego, preservação do espaço público, apoio à economia e investimento, turismo e muitas outras são expressivas nas Grandes Opções do Plano para 2019 – 2022.-----

Consideramos um Orçamento com fortes investimentos em todas as freguesias do Município, cujo resultado será seguramente a contínua melhoria da qualidade de vida das nossas populações. -----

O Orçamento reflete também o esforço diário de todos os trabalhadores da Câmara Municipal e, uma vez mais, prova de que é possível ter uma gestão financeiramente equilibrada e com rigor, não pondo em causa o investimento necessário para o desenvolvimento do nosso Concelho.-----

Pelo Senhor Pedro do Ó Ramos, em representação da Coligação Santiago do Cacém Mais, foi feita a seguinte Declaração de Voto: “Os membros da Coligação Santiago do Cacém Mais votaram contra, porque este, de facto, é um Orçamento de continuidade da gestão CDU, das apostas sufragadas pela população, mas que por parte da Coligação não merecem a nossa concordância. -----

As obras consideradas prioritárias não nos parecem necessárias e urgentes para Santiago do Cacém, e, sendo importante aproveitar os fundos comunitários, nós temos que perceber se essas obras suportadas por esses fundos comunitários são, efetivamente, necessárias para o nosso Concelho e damos como exemplo a Av. Manuel da Fonseca e obras envolventes nessa zona.-----

Como exemplo de apostas que não são feitas por este Executivo diremos: os cento e seis mil euros para promoção turística do Concelho, parece-nos uma verba curta; os oitenta mil euros para promoção e desenvolvimento económico também nos parece uma verba bastante curta, e uma ausência política de habitação.” -----

--- **b) Mapa de Pessoal – 2019;** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para 2019. *-----

FUNDAMENTOS: De facto: Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e é aprovado pela Assembleia Municipal.-----

De direito: De acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.” -----

*Documento que é dado como reproduzido na presente Ata com o número trinta, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

Onze abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Senhora Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, Senhor Francisco Alfeirão Rodrigues e Senhor António Gamito de Matos, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira. -----

--- **c) Apoio às freguesias do Município de Santiago do Cacém;**-----

A Senhora Presidente concedeu a Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação dos seguintes apoios às freguesias, a atribuir em 2019, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações: -----

Apoio para as Freguesias 2019 -----

Freguesia	correntes	capital	Total
Abela	895,75	0,00	95,75
Alvalade	6.088,17	20.761,30	26.849,47
Cercal do Alentejo	8.518,11	7.240,88	15.758,99
Ermidas-Sado	9.201,39	11.961,64	21.163,03
Santo André	39.709,00	10.504,63	50.213,63
S. Francisco	15.962,27	1.259,40	17.221,67
União Freg. S.C., S.C. e S.B.	78.708,08	25.510,47	104.218,55
União Freg. S.D. e V.A	8.691,01	25.427,76	34.118,77
TOTAL	167.773,78	102.666,08	270.439,86

FUNDAMENTOS: DE FACTO: UM: As freguesias são entidades autárquicas que prestam, por excelência, serviços de proximidade às populações;-----

DOIS: Tal realidade acentua-se num Município como o de Santiago do Cacém, dada a sua extensão territorial e as diversas necessidades populacionais;-----

TRÊS: Estas autarquias recebem transferências da Administração Central, manifestamente insuficientes para que possam fazer face aos custos inerentes aos já referidos serviços que prestam às populações que, inclusivamente, ora se viram alargados por força do Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais; -----

QUATRO: Ainda que competisse à Administração Central que as transferências de verbas que realiza para as freguesias sejam ajustadas e proporcionais às competências conferidas, importa garantir a continuidade da prossecução, promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações através das Juntas de Freguesia; -----

CINCO: Encontra-se previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 dotações que englobam os apoios ora em causa. -----

DE DIREITO: UM: Compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre da competência desta, conforme de acordo com o artigo 33.º n.º 1, alínea ccc) do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

DOIS: Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sob formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, de acordo com artigo 25.º n.º 1, alínea j) do supra citado regime.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, sete dos eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Ricardo Jorge da Cruz, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Senhora Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, senhores Francisco Alfeirão Rodrigues e António Gamito de Matos. -----

Uma abstenção do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira. -----

--- d) Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos do Portugal Romano; -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: UM:** Submeter a deliberação da Assembleia Municipal a alteração aos Estatutos da Associação de Municípios do Portugal Romano, definidos no Acordo Constitutivo.-----

FUNDAMENTOS: DE FACTO: UM: Tendo-se detetado uma discrepância na proposta de estatutos, no que concerne à lei habilitante e regime jurídico aplicável à Associação de Municípios do Portugal Romano [*Regime Jurídico das Autarquias*

Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro versus Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEL), aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto], entendeu-se por bem proceder à respetiva clarificação. -----

DOIS: Foi realizada a devida alteração ao artigo 1.º, n.º 1 e artigo 36.º da Proposta de Estatutos. -----

DE DIREITO: UM: A constituição de associações de autarquias locais de fins específicos compete aos órgãos executivos colegiais dos municípios, ficando a eficácia do acordo constitutivo, que define os seus estatutos, dependente da aprovação pelos respetivos órgãos deliberativos, conforme dispõe o n.º 1 do artigo 108.º do Regime Jurídico do Associativismo Autárquico. -----

DOIS: A modificação de Estatutos obedece às mesmas regras da sua aprovação, conforme dispõe o n.º 3 do supra citado artigo.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

--- **e) Declaração de Interesse Público Municipal da Obra “Adução a Relvas Verdes e Aldeia dos Chãos” – Construção de uma Adutora, uma nova estação elevatória, a adução gravítica e uma conduta elevatória;** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Que seja declarado de Interesse Público Municipal a obra “Adução a Relvas Verdes e Aldeia de Chãos”- construção de uma Adutora entre o Reservatório do Cerro da Inês e uma nova estação elevatória, a adução gravítica ao novo Reservatório das Relvas Verdes e uma conduta elevatória entre a estação e o Reservatório de Aldeia de Chãos, a realizar pelas Águas Públicas do Alentejo, S.A. (AgdA).-----

FUNDAMENTOS: 1- A AgdA, na qualidade de entidade gestora dos serviços de exploração e gestão dos sistemas de água “em alta”, solicitou a emissão de uma declaração de interesse público municipal relativamente à obra “Adução a Relvas Verdes e Aldeia de Chãos” - construção de uma adutora entre o Reservatório do Cerro da Inês e uma nova estação elevatória, entretanto já construída, a adução gravítica ao novo Reservatório das Relvas Verdes e uma conduta elevatória entre a estação e o Reservatório de Aldeia de Chãos. A implementação da infraestrutura técnica de adução às redes de distribuição de água municipais é uma ação estruturante do sistema de distribuição de água do Litoral Alentejano destinada a garantir os caudais necessários à distribuição de água, em particular, nas redes municipais de Relvas Verdes e Aldeia de Chãos, no Município de Santiago do Cacém. -----

2- A intervenção prevista implicará ações em áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional (REN) e a Reserva Agrícola Nacional (RAN). Como tal e para efeitos de instrução dos procedimentos no âmbito dos Regimes Jurídicos da REN e RAN é necessário a emissão de Declaração de Interesse Público Municipal. -----

3- Também o Contrato de Parceria Pública (CPP) celebrado em 13-08-2009, entre o Estado Português e 21 Municípios do Alentejo, incluindo Município de Santiago do Cacém, prevê na cláusula 14ª que a Entidade Gestora da Parceria (EGP) poderá constituir as servidões e requerer as expropriações necessárias à implantação e exploração de infraestruturas e equipamentos. As servidões ou expropriações dependem de declaração de utilidade pública por parte da Assembleia Municipal, correndo por conta da EGP as indemnizações a pagar. -----

4- A obra em causa é um projeto de relevante interesse para o município, porquanto visa a salvaguarda e a satisfação de interesses básicos essenciais e de bem-estar das populações abrangidas.-----

5- Neste sentido aponta a informação técnica da Divisão de Projeto e Obras no qual se demonstra de forma evidente o interesse e a relevância do referido projeto.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Senhora Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, Senhor Francisco Alfeirão Rodrigues e Senhor António Gamito de Matos, e um do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.-----

Seis abstenções dos eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva.” -----

--- f) Acordo a celebrar entre o Município de Santiago do Cacém e o Município de Szombathely, para a geminação entre a Cidade de Santiago do Cacém e a Cidade de Szombathely. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a proposta de Acordo a celebrar entre o Município de Santiago do Cacém e o Município de Szombathely para a geminação entre a Cidade de Santiago do Cacém e a Cidade de Szombathely, conforme proposta de Acordo anexa.*-----

FUNDAMENTOS: DE FACTO: A fim de estabelecer relações mais próximas entre Portugal e a Hungria, e para melhor compreender a história, cultura, tradições e vida económica de cada país, considerando que ambas as cidades estão unidas pela mesma origem romana, bem como para iniciar a cooperação profícua para ambas as partes, o Município de Szombathely, na Hungria e o Município de Santiago do Cacém, em Portugal, pretendem acordar a geminação entre as duas cidades.-----

DE DIREITO: UM: Compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta, conforme dispõe a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

DOIS: Compete à Assembleia Municipal autorizar a geminação do Município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países, de acordo com o previsto na alínea t) do n.º1 do artigo 75.º do citado regime legal.”-----

*documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número trinta e um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, questionando sobre o número de acordos de geminação que existem com outras cidades e quais as mais valias geradas pelos mesmos. -----

Mais referiu que a Hungria era o país mais xenófobo da União Europeia que não respeita os Direitos Humanos e que mandava colocar arame farpado nas fronteiras para impedir a entrada dos refugiados, os quais persegue e envia para a prisão, acrescentando que as próprias ONGS daquele País têm problemas com a justiça por apoiarem os refugiados. Pelo que, não podia desligar a proposta em apreço com o que se passava naquele País, discordando da mesma, por não querer branquear o mal que os governantes fazem às pessoas que lá vivem, bem como a forma como a Hungria procede dentro da Comunidade Europeia relativamente aos outros países que dela fazem parte.-

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que chegou a pensar que a proposta em causa era apresentada por engano, tendo em conta a conotação daquele País e do seu 1º Ministro, Vitor Órban, com a extrema direita e a xenofobia. -----

Acrescentou que, apesar de tudo, não sendo o Acordo com o Governo daquele País, com cuja política tinha a certeza que o Executivo não concordava, mas com um Condado do mesmo, embora não saiba se o Condado em causa era governado pela mesma força política, tinha que felicitar a Câmara Municipal pela capacidade de distinguir estas situações, esperando que não tenha existido falha ou esquecimento relativamente à avaliação dos aspectos negativos referidos. -----

Mais referiu que não achava que fosse possível que uma Maioria PCP/Verdes fizesse um Acordo de Geminação com uma Cidade Húngara. -----

O Senhor Rui Vieira, eleito do BE, referiu que carecia de explicação os moldes em que se vai desenvolver o Acordo, nomeadamente no âmbito da cultura, arqueologia, acção social, cuidados de saúde, formação profissional, arqueologia, ambiente, turismo, desporto e economia, acrescentando que gostaria de conhecer o plano previsto para o efeito. -----

Mais referiu que, no que respeitava à questão política sobre esta matéria, considerava que a nível autárquico e do Governo central não se podia deixar de colocar a questão dos Direitos Humanos nas regiões onde os mesmos estão a ser violados, como era o caso na Hungria.-----

Acrescentou que o PCP, onde é oposição, sempre refere a questão da liberdade e a construção da democracia, mas, curiosamente, não via na proposta em apreço estas referências, considerando que seriam importantes para marcar a posição de que somos um País democrático e que esta cooperação também devia ser a este nível, não querendo pensar na possibilidade de propostas que venham a ser feitas no âmbito do Acordo de Geminação possam ser censuradas devido ao regime político daquele País.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que só existia um Acordo de Geminação com a Cidade de Santiago de Compostela, o qual tinha a ver, fundamentalmente, com a estratégia do Município para ver reconhecido o Caminho de Santiago a sul, acrescentando que nos primeiros anos a seguir à sua assinatura tiveram lugar algumas iniciativas conjuntas, e visitas recíprocas de delegações dos municípios a ambas as cidades, sendo que, com as mudanças na governação daquele Município, por diferentes forças políticas, houve uma interrupção nas relações, as quais a Câmara Municipal tem tentado reatar. -----

Mais referiu que os acordos de geminação entre as cidades visam, fundamentalmente, potenciar o que as mesmas têm em comum, neste caso o património de origem Romana,

não existindo um contrato rígido de obrigações, sendo um documento aberto, com base no qual podem ser partilhadas experiências positivas, nomeadamente no âmbito turístico, investimentos e gestão do património.-----

Relativamente às questões políticas levantadas e, partilhando das mesmas, referiu que não se tratava de um Acordo com o Governo Húngaro, acrescentando que, em democracia, os governos podem mudar com as eleições, como aconteceu no caso de Santiago de Compostela que na altura do Acordo estabelecido era governado por uma Coligação dos PSOE com os nacionalistas Galegos, mudando primeiro para um governo do PP e depois para uma Coligação de Independentes.-----

Sobre as questões de ordem política levantas, referiu que as mesmas também podiam ser colocadas a nível dos sucessivos governos do País, os quais tem estabelecido acordos com países que não respeitam os Direitos Humanos, lembrando os vários acordos com a China, aquando da recente visita do 1º Ministro daquele país, e os actos inerentes onde estiveram representantes do PSD, referindo também que foi durante o governo PSD/CDS que foi alienada a maior parte do capital de grandes empresas nacionais a empresas estatais chinesas. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Adelaide Júlia Messias de Lemos, Rui Estevam de Matos, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

Onze abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Senhora Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, Senhor Francisco Alfeirão Rodrigues e Senhor António Gamito de Matos, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.” -----

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha que apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de agosto a outubro de 2018, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número trinta e dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

A Senhora Presidente desejou Boas Festas a todos.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em **Minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----
Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, às zero horas. -----
Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----
